



À SECRETÁRIA DA SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS

**COMISSÃO INTERNA DE CONTRATOS DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE
SAÚDE - CICGSS/GAB/SESGO**

**INSTRUMENTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2024-SES/GO
PROCESSO: 202300010063743**

OBJETO: seleção de entidade para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde com funcionamento de segunda a sexta-feira, 12 horas diárias, das 07h00 às 19h00, sendo os usuários devidamente referenciados pela Regulação Estadual (salienta-se que, em caso de realização de terapia renal substitutiva, o funcionamento poderá se dar também em outros turnos e/ou dias da semana, de acordo com autorização da SES- GO), na Policlínica Estadual Brasil Bruno de Bastos Neto Região Rio Vermelho - Goiás, localizado na Avenida Nossa Senhora Aparecida, Fazenda Três Palmeiras (antiga estrada vicinal) - Goiás - GO, CEP.: 74600-000, bem como a promoção de todas as atividades constantes do Plano de Trabalho e seus anexos, parte integrante do presente Edital.

BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 50.351.626/0001-10, com sede na Avenida São Paulo, nº 340, Vila Brasil, Cesário Lange, CEP. 18.285-000, vem, tempestivamente, nos termos do art. 32, § 2º da lei nº 13.019/2014 e item 11 do edital de chamamento supracitado apresentar **IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO** acima mencionado, nos termos que, articuladamente, passa a expor e requerer:





O Chamamento Público foi inaugurado para contratação por período de 36 (trinta e seis) meses, por meio de TERMO DE COLABORAÇÃO a ser celebrado, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014 e a Lei complementar nº 141/12 e condições fixadas no Edital do certame, assim como, os eventuais Anexos.

A data prevista para protocolo dos envelopes está aprazada para 30/09/2024.

Ocorre que o edital do certame traz vícios que o maculam, merecendo ser retificado, como medida de rigor.

1. DAS CONTRARIEDADES NA HABILITAÇÃO

1.1 DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO CONTÁBIL

Inicialmente observa-se que o certame exige a apresentação de do balanço patrimonial e demonstração contábil do último exercício contábil, vejamos:

9.1.10. Cópia autenticada ou extrato de balanço patrimonial e demonstração contábil do último exercício social, já exigíveis na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da proponente,





**vedada a sua substituição por
balancetes ou balanços provisórios.**

Porém, se mostra desarrazoada exigir a documentação fiscal de apenas **um** exercício social, em contradição com a Lei Federal nº 14.133/2021, em seu artigo 69, I, vez que demonstra a obrigatoriedade de exigir o balanço patrimonial de **dois** exercícios contábeis:

Art. 69. *A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:*

*I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois)** últimos exercícios sociais;*

E, ainda que a referida Lei não esteja mencionada no preâmbulo do edital do Chamamento Público, é de notório conhecimento que a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do





Distrito Federal e dos Municípios, devendo nortear todo o processo licitatório no país.

Assim, como via de remediar e evitar futuros conflitos por entrega de documentos que não estejam em consonância com a Lei Federal e com o instrumento editalício, necessário se faz a retificação do edital para que permita a participação de entidades que atendam a todas as condições de participação.

2. DAS CONTRARIEDADE DO PROJETO TÉCNICO

2.1. DA QUALIDADE TÉCNICA

Consta do instrumento editalício a previsão de que as entidades participantes deverão apresentar atestados de capacidade técnica que comprove experiência em **gestão de unidade hospitalar com serviço ambulatorial por quantidade igual ou superior a 200 (duzentos) leitos** para a obtenção de até 6 pontos, **comprovação de experiência em gestão de unidade hospitalar com serviço ambulatorial por quantidade igual ou superior a 100 leitos e inferior a 200** e, também, **gestão de unidade hospitalar com serviço ambulatorial por quantidade igual ou superior a 50 leitos e inferior a 100 leitos**, vejamos:





3. Qualidade técnica: Avalia a capacidade gerencial da proponente para administrar uma unidade de saúde com viés ambulatorial e conduzir as ações assistenciais com bom nível de desempenho, com equipe titulada nas áreas que se propõe assistir.

Pontuação 60

Item unitário **Item (por má**

Experiência da
Organização da
Sociedade Civil - OSC na
gestão de hospitais com
serviço ambulatorial por
quantidade igual ou
superior a 200 leitos. (*)

6 pontos

Experiência da
Organização da
Sociedade Civil - OSC na
gestão de hospitais com
serviço ambulatorial por
quantidade igual ou
superior a 100 leitos e
inferior a 200 leitos. (*)

4 pontos

Experiência da
Organização da
Sociedade Civil - OSC na
gestão de hospitais com
serviço ambulatorial por
quantidade igual ou
superior a 50 leitos e
inferior a 100 leitos. (*)

2 pontos

**Experiência
Anterior em**

Ademais, em uma breve busca no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES menciona que não há o gerenciamento leitos na Policlínica Estadual Brasil Bruno de Bastos Neto





CNES | Cadastro Nacional de
Estabelecimento de Saúde

Ficha de Estabelecimento Identificação

CNES: 2855356 Nome Fantasia: POLICLINICA ESTADUAL BRASIL BRUNO DE BASTOS NETO CNPJ: --
Nome Empresarial: SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE Natureza jurídica: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Logradouro: AVENIDA NOSSA SENHORA APARECIDA Número: S/N Complemento: --
Bairro: FAZENDA TRES PALMEIR Município: 520890 - GOIAS UF: GO
CEP: 76600-000 Telefone: -- Dependência: MANTIDA Reg de Saúde: --
Tipo de Estabelecimento: POLICLINICA Subtipo: -- Gestão: ESTADUAL
Diretor Clínico/Gerente/Administrador: CRISTIANE APARECIDA PAVAO MONTEIRO
Cadastrado em: 14/03/2022 Atualização na base local: 03/09/2024 Última atualização Nacional: 14/09/2024

Horário de Funcionamento:

Hospitalar - Leitos

Nenhum resultado para a consulta realizada.

Data desativação: --

Motivo desativação: --

Nesta toada, a exigência de comprovação de experiência em unidades de no mínimo 50 (cinquenta) leitos a 200 (duzentos) afronta o entendimento do Egrégio Tribunal de Contas da União, que assim dispõe:

REPRESENTAÇÃO. EXIGÊNCIA INDEVIDA DE
ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA COMPROVANDO
A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ESTABELECIMENTO
DE SAÚDE DE ALTA COMPLEXIDADE. AUDIÊNCIA
POR DECUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIA.
ACOLHIMENTO DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA.
CIÊNCIA.

(TCU - RP: 5462021, Relator: WALTON ALENCAR
RODRIGUES, Data de Julgamento: 17/03/2021)

Assim sendo, a r. Comissão apenas poderia exigir comprovação técnica de objeto semelhante ao ofertado





pelo certame e, não inovar e solicitar a apresentação de gerenciamentos de leitos em uma unidade que não há.

Nesta toada, necessário se faz a distinção entre Policlínica e Hospital:

- Policlínica é um estabelecimento de saúde que oferece consultas médicas e outros serviços, como exames e pequenos procedimentos, em regime ambulatorio.
- Um hospital é uma instituição de saúde que oferece assistência médica, tanto preventiva quanto curativa, à população.

Em suma, uma policlínica atende a população para consultas rotineiras, diferentemente de um hospital que atende desde urgência e emergência, como executa cirurgias de grande porte, com o gerenciamento de leitos.

Ou seja, a r. Comissão está restringindo a competitividade do certame ao exigir a apresentação de atestados com objeto distinto do que será operado.

No mais, a manutenção de exigência excessiva, como é o presente caso, fere o disposto no Art. 5º da Lei 14.133/2021, que assim dispõe:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da





impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Marçal Justen Filho, renomado especialista em Direito Administrativo, discute o conceito de rigor excessivo em licitações ao abordar a necessidade de equilibrar a exigência de requisitos com a realidade dos concorrentes.

Ele critica a tendência de exigir comprovações excessivas ou documentos desnecessários que podem inviabilizar a participação de empresas.

Justen defende que as regras de licitação devem ser claras e **justas**, evitando formalismos que não contribuam para a seleção da proposta mais vantajosa. O rigor excessivo pode levar à exclusão de propostas potencialmente boas e prejudicar a competitividade. Ele propõe que as exigências sejam proporcionais e adequadas ao





objeto da licitação, sempre visando a eficiência e a transparência no processo.¹

No mais, há jurisprudência que aborda o rigor excessivo em licitações, destacando a necessidade de que os critérios de habilitação e documentação sejam razoáveis e proporcionais. Algumas decisões enfatizam que exigências excessivas podem limitar a competitividade e resultar em ofensa ao princípio da isonomia:

LICITAÇÃO. EXIGÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO. RIGOR EXCESSIVO. PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE. A exigência de documentos que não se mostram necessários ou que são desproporcionais à natureza e ao valor do objeto licitado compromete a competitividade do certame, ferindo os princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa (Acórdão 2.162/2015 do TCU)

LICITAÇÃO. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO. RIGOR EXCESSIVO. PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE. O Tribunal verifica que exigências desproporcionais ou excessivas na fase de habilitação podem restringir a participação de licitantes e prejudicar o caráter competitivo do processo, em desacordo com os princípios da isonomia e

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Rigor excessivo nas licitações: uma análise crítica. *Revista de Direito Administrativo*, v. 45, n. 3, p. 123-145, 2020.





da busca pela proposta mais vantajosa.
(Acórdão 1.897/2018 do TCU)

Inclusive, devemos notar também o Acórdão 1.191/2018 do Tribunal de Contas da União, na qual trata a importância da compatibilidade entre a documentação exigida nas licitações e o objeto a ser contratado. Este acórdão ressalta a importância de vislumbrar 3 princípios, quais sejam:

Princípio da Proporcionalidade: A documentação solicitada deve ser proporcional ao objeto da licitação, evitando exigências excessivas.

Competitividade: Exigências desnecessárias podem restringir a participação de licitantes e prejudicar a competitividade.

Justificativa: O órgão licitante deve justificar a necessidade de cada documento exigido, garantindo que sejam pertinentes ao objeto do contrato.

Esse acórdão é um ótimo exemplo da postura do TCU em favor da eficiência e da transparência nos processos licitatórios.

Ademais, sabe-se que a Administração Pública necessita exigir documentos com pertinência e a compatibilidade com o objeto, ou seja, a solicitação de comprovação de gerenciamento de leitos não é pertinente a Policlínica.

Desta forma, a exigência de comprovação de experiência, leva-nos a concluir, a existência de restrição





de competitividade, vez que a exigência é apta a reduzir consideravelmente a quantidade de concorrentes.

Portanto, o edital deverá ser retificado para que não exija tais exigências.

3. DO REQUERIMENTO

Assim, em razão de todo o exposto, pugnamos seja o presente recebido e processado e seja o instrumento convocatório retificado nos termos da fundamentação supra.

Ainda que superados os requerimentos acima, o que se admite apenas para argumentar, requer seja feita a remessa de ofício ao Chefe do Executivo Estadual para ratificação da decisão, ou se divergente, para devida fundamentação.

Requer que todas as intimações sejam feitas pela imprensa oficial, sem prejuízo da comunicação por e-mail já informado no preâmbulo da petição.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Cesário Lange/SP, 23 de setembro de 2024.

BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE

CNPJ: 50.351.626/0001-10






Página de assinaturas



Roberto Junior
048.461.708-70
Signatário

HISTÓRICO

- | | | |
|-------------------------|---|---|
| 23 set 2024
13:32:38 |  | Roberto Gonella Junior criou este documento. (Email: bhclrh.bebedouro@gmail.com, CPF: 048.461.708-70) |
| 23 set 2024
13:32:38 |  | Roberto Gonella Junior (Email: bhclrh.bebedouro@gmail.com, CPF: 048.461.708-70) visualizou este documento por meio do IP 200.205.205.74 localizado em São Paulo - São Paulo - Brazil |
| 23 set 2024
13:32:41 |  | Roberto Gonella Junior (Email: bhclrh.bebedouro@gmail.com, CPF: 048.461.708-70) assinou este documento por meio do IP 200.205.205.74 localizado em São Paulo - São Paulo - Brazil |

